

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003623-67.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **PABLO TEIXEIRA PEIXOTO**
Requerido: **OI MOVEL S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou que celebrou contrato de prestação de serviços de telefonia com a ré na modalidade pré-pago.

Alegou que mantinha determinada quantia em crédito de ligações, mas teve sua linha desativada mesmo tendo inseridos novos créditos antes do prazo limite que tinha para tanto.

Almeja à condenação da ré ao restabelecimento da linha, a restituição do valor monetário que havia em crédito, bem como ao


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A pretensão deduzida como se percebe abarca três aspectos, a saber: a condenação da ré ao restabelecimento do funcionamento da linha; na devolução dos valores referente aos créditos inseridos na linha e não utilizados, bem como na reparação dos danos morais suportados pelo autor.

Quanto aos dois primeiros aspectos, restou comprovado pela manifestação da ré (fls. 62/63 e documentos de fls. 64/66) e pela ausência de impugnação a esse propósito por parte da autora que a linha voltou a operar normalmente com a restituição dos créditos existentes.

Relativamente ao plano que o autor mantinha anteriormente restou demonstrado que esse possui período de vigência limitado, e como trata-se de concessão promocional o autor deverá se adequar às disponibilizadas no período.

É forçoso admitir por isso que independentemente de quaisquer considerações sobre o assunto se impõe o cumprimento da obrigação nesse particular.

Quanto ao terceiro aspecto, não considero que o quadro delineado tenha causado danos morais passíveis de reparação.

Isso porque a vida em sociedade nos dias de hoje é permeada de transtornos e frustrações, muitas vezes causadas por condutas inadequadas de terceiros.

Entretanto, somente aquelas extraordinárias, realmente graves e que rendam ensejo a sofrimento profundo que provoque consistente abalo emocional podem dar causa à indenização por danos morais.

Na espécie, os aborrecimentos, a irritação e mesmo a frustração do autor podem até ter sucedido, mas não são suficientes para gerar o direito à indenização por danos morais porque estão muito mais próximos dos entevos que corriqueiramente acontecem.

Deles não advieram, ademais, quaisquer outras consequências concretas que fossem prejudiciais à autora.

Em hipóteses afins, a jurisprudência já se pronunciou afastando pleitos semelhantes;

“Ação de indenização. Compra de produto impróprio ao consumo. Responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto. Art. 12 do Código do Consumidor. Interpretação normativa que não denota a consequência pretendida. Dano moral não caracterizado. O mero dissabor não pode ser alçado ao patamar de dano moral, mas somente aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem a ela se dirige. Indenização a qualquer título inexistente. Recurso improvido” (TJ-SP, Apelação nº 0021483-97.2010.8.26.0564, 32ª


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Câmara de Direito Privado, rel. Des. **RUY COPPOLA**, j. 02/06/2011).

“Ação de reparação de danos - Aquisição de produto impróprio para o consumo - Ausência de sua ingestão pelo consumidor - Inexistência da relação de causalidade, diante da inocorrência de produção de resultado lesivo - Inocorrência de violação à imagem, honra ou intimidade Descabimento do dever de indenizar - Precedente do C. STJ - Ação que deve ser julgada improcedente - Recurso provido” (TJ-SP, Apelação nº 994.08.120170-0, 6ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **SEBASTIÃO CARLOS GARCIA**, j. 12/08/2010).

“...Assim, sendo incontroverso no processo, que o autor adquiriu produto alimentício estragado, inegável reconhecer que a situação lhe gerou transtornos. Não obstante, entendo que os fatos narrados pelo apelante não levam à conclusão de que ele foi vítima de danos morais. Para a caracterização do dano moral é indispensável a ocorrência de ofensa a algum dos direitos da personalidade do indivíduo. Esses direitos são aqueles inerentes à pessoa humana e caracterizam-se por serem intransmissíveis, irrenunciáveis e não sofrerem limitação voluntária, salvo restritas exceções legais (art. 11, CC/2002). A título de exemplificação, são direitos da personalidade aqueles referentes à imagem, ao nome, à honra, à integridade física e psicológica. Ademais, é indispensável que o ato apontado como ofensivo seja suficiente para, hipoteticamente, adentrar na esfera jurídica do homem médio e causar-lhe prejuízo extrapatrimonial. De modo algum pode o julgador ter como referência, para averiguação da ocorrência de dano moral, a pessoa extremamente melindrosa ou aquela de constituição psíquica extremamente tolerante ou insensível. In casu, os transtornos enfrentados pelo autor com o ocorrido, embora tenham lhe causado aborrecimentos, de maneira alguma alcançaram proporção que atinja a sua esfera íntima, de modo a violar seus direitos da personalidade. Destarte, não há se falar em ocorrência de danos morais, sendo perfeitamente assimiláveis pelo apelante as consequências do ato praticado pelos apelados” (TJ-SP, 35ª Câmara de Direito Privado, Apel. Nº 0021565-34.2009.8.26.0348, rel. Des. **MENDES GOMES**, j. 21.11.11).

“Agravamento regimental. Recurso especial não admitido. Dano moral não caracterizado. Aquisição de produto danificado. 1. A indenização por dano moral objetiva atenuar o sofrimento, físico ou psicológico, decorrente do ato danoso, que atinge aspectos íntimos e sociais da personalidade humana. Na presente hipótese, a simples aquisição do produto danificado, uma garrafa de refrigerante contendo um objeto estranho no seu interior, sem que se tenha ingerido o seu conteúdo não revela, a meu ver, o sofrimento descrito pelos recorrentes como capaz de ensejar indenização por danos morais...” (STJ 3ª



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Turma AGA 276671/SP Rel. Min. **CARLOS ALBERTO MENEZES**
DIREITO j. 04/04/2000, DJ 08/05/2000, p. 94).

Tal orientação amolda-se com justeza ao presente feito.

Por esse motivo, não vislumbrando que em decorrência dos fatos em pauta o autor tivesse sofrido danos morais que propiciassem o recebimento de indenização, a improcedência da ação no particular é medida que se impõe.

Como se não bastasse, nada há nos autos para lastrear a ideia de que os eventos tivessem rendido ensejo a danos morais ao autor.

Ele não se desincumbiu do ônus que lhe pesava sobre o tema (parte final do despacho de fl. 78), não patenteou que o ocorrido lhe tivesse causado abalo de vulto compatível com os danos invocados

Não obstante se admita a relevância que o uso das linhas telefônicas assumiu nos dias de hoje, é certo que a falta de dados minimamente sólidos em prol do autor não lhe confere base à postulação que no particular lançou.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a restabelecer o funcionamento da linha telefônica do autor, como a inserção dos crédito que havia anteriormente na linha, tornando definitiva a decisão de fls. 05/06, item 1, mas dou por cumprida a obrigação imposta, tendo em vista que já houve o restabelecimento da linha com a inserção do saldo em créditos que existia anteriormente.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 24 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**